

LEI N° 2.021 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2013

"Dispõe sobre a doação de áreas de terra integrantes do Patrimônio Municipal para Pessoas Jurídicas de Direito Público."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO - ACRE, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Rio Branco aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

- Art. 1º Fica autorizado à doação de áreas de terra urbanas e rurais pertencentes ao Município de Rio Branco, de natureza institucional ou dominial, para efeito de edificação, implantação de equipamentos públicos e comunitários ou de regularização fundiária de equipamentos já existentes, para Pessoas Jurídicas de Direito Público.
- Art. 2º Os procedimentos relacionados às doações que trata esta Lei serão efetuados no âmbito de Processos Administrativos devidamente instruídos, autuados para tal fim em razão de solicitação do Ente Público, fazendo-se constar a autorização prévia do Chefe do Executivo Municipal.
- **Art. 3º** As doações serão efetivadas mediante a expedição de Título Definitivo, no qual serão assinalados o perímetro e as confrontações da área objeto da doação, além de outros elementos necessários ao registro perante o Cartório Imobiliário, nos termos do art. 228 da Lei Federal nº. 6.015/73.





Art. 4º Fica a Procuradoria Geral do Município autorizada a realizar todos os atos necessários para a consecução das doações previstas na presente Lei.

Art. 5º O Poder Executivo obriga-se a encaminhar ao Poder Legislativo cópia dos Atos de Doações a que se refere esta Lei, como também cópia do Processo Administrativo que os originou, no prazo de 05 (cinco) dias após a efetivação da doação.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco-Acre, 27 de novembro de 2013, 125º da República, 111º do Tratado de Petrópolis, 52º do Estado do Acre e 130º do Município de Rio Branco.

Marcus Alexandre Prefeito de Rio Branco

PUBLICADO NO D.O.E.

N° 11.187 DE 29, 11 1 2013

Pág. N°: 69